



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 291/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal
- Decreto Federal nº 62, de 19 de janeiro de 1968, que promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão;
- Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), estabelecendo mecanismos de fomento à cultura, inclusive com participação de mulheres como produtoras e beneficiárias.
- Lei Federal nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que cria o Programa Diversidade na Universidade, a fim de promover o acesso ao ensino superior de afrodescendentes e indígenas;
- Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa de direitos étnicos, e o combate à discriminação;
- Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura, com diretrizes de promoção da diversidade cultural e valorização da participação feminina.
- Lei Federal nº 12.711, 29 de agosto de 2011, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, reconhecendo e apoiando iniciativas culturais comunitárias com ampla participação de mulheres.
- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assegurando acesso à cultura com abordagem interseccional que inclui mulheres com deficiência.
- Lei Federal nº 13.663, de 14 de maio de 2018, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, garantindo apoio a trabalhadores e trabalhadoras da cultura.
- Lei Federal nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, definindo condutas discriminatórias no contexto eleitoral e assegurando igualdade de direitos políticos.- Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. (CLT)
- Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, promovendo o acesso democrático e a diversidade cultural, incluindo a participação de mulheres.
- Lei Federal nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens que exerçam a mesma função, com exigência de transparência salarial por empresas com 100 ou mais empregados e medidas de promoção de diversidade e inclusão.
- Lei Federal nº 14.834, de 4 de abril de 2024, que institui o Dia Nacional da Mulher Sambista.
- Lei Federal nº 14.835, de 4 de abril de 2024, que institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, garantindo direitos culturais e a participação da sociedade, incluindo mulheres, nas políticas culturais.
- Lei Estadual nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre sanções à prática de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero no Estado de São Paulo, proibindo ações de discriminação nessas bases.
- Lei Estadual 11.369 de 2003, que veda qualquer forma de discriminação racial, ao idoso, à pessoa portadora de necessidades especiais, à mulher e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 56.047, de 28 de julho de 2010, que regulamenta o Sistema Estadual de Cultura, estabelecendo diretrizes de inclusão, diversidade e igualdade de gênero.
- Lei Estadual nº 16.050, de 15 de dezembro de 2015, que institui o Plano Estadual de Cultura, com diretrizes de promoção da diversidade e inclusão da participação feminina nas políticas culturais.
- Lei Estadual nº 16.967, de 19 de março de 2019, que institui o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, reconhecendo sua relevância cultural e social.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Estadual nº 17.104, de 19 de julho de 2019, que institui o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, incluindo ações de incentivo à participação feminina na cultura.
- Lei Estadual nº 17.157, de 18 de setembro de 2019, que institui o Dia Estadual da Mulher Empreendedora, abrangendo atividades no setor cultural e criativo.
- Lei Estadual nº 17.431, de 14 de outubro de 2021 (Última atualização: Lei nº 17.760, de 20/09/2023), consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher.
- Lei Estadual nº 17.637, de 17 de fevereiro de 2023, que institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e Profissional e dispõe sobre a preferência de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de São Paulo.
- Lei Estadual nº 17.760, de 2023, que autoriza o Poder Executivo a instituir, regulamentar e implementar o Programa Saúde da Mulher Paulista, com a finalidade de promover ações e serviços de prevenção e assistência integral à saúde da mulher no âmbito do Estado de São Paulo.
- Lei Estadual nº 17.925, de 26 de abril de 2024, que institui o "Dia da Mulher Sambista Madrinha Eunice".
- Lei Estadual nº 17.934, de 26 de abril de 2024, que institui o "Dia de Mulheres e Meninas na Ciência".
- Lei Estadual nº 17.929, de 26 de abril de 2024, que institui o "Dia das Mulheres do Futebol de Várzea".
- Lei Estadual nº 17.938, de 30 de abril de 2024, que institui o "Dia da Marcha em Defesa da Mulher".- Lei Municipal nº 12.118, de 28 de junho de 1996, que dispõe sobre Projeto de Relações de Gênero nas escolas públicas do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 12.353, de 13 de junho de 1997, que dispõe sobre a inclusão de artistas e modelos negros nos filmes e nas peças publicitárias encomendadas ou patrocinadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo;
- Lei Municipal nº 12.617, de 04 de maio de 1998, que incorpora ao currículo das escolas da Rede Municipal de Ensino a área de conhecimento "Cidade-Cidadania", especialmente art. 2º, III, que dispõe sobre questão de gênero. (Declarada Inconstitucional)
- Lei Municipal nº 13.150, de 20 de junho de 2001, que introduz o quesito "violência de gênero" no sistema municipal de informações em saúde, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.172, de 15 de agosto de 2001, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa "Mulher - Sua Saúde, Seus Direitos".



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, que institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho do Município de São Paulo, e dá outras providências;
 - Lei Municipal nº 13.280, de 8 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a criação da Casa Municipal de Apoio à Mulher;
 - Lei Municipal nº 13.324, de 8 de fevereiro de 2002, que institui o Sistema Público de Emprego no Município de São Paulo, e dá outras providências;
 - Lei Municipal nº 13.791, de 13 de fevereiro de 2004, que cria o Programa Municipal de Combate ao Racismo e o Programa de Ações Afirmativas para Afro-Descendentes da Prefeitura Municipal de São Paulo;
 - Lei Municipal nº 13.770, de 29 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a adoção de medidas pelo Executivo Municipal que priorizem o atendimento da mulher como beneficiária dos programas de Habitação de Interesse Social;
 - Lei Municipal nº 13.799, de 19 de março de 2004, que dispõe sobre normas do Programa Começar de Novo – PCN e revoga a Lei nº 13.162, de 5 de julho de 2001;
 - Lei Municipal nº 13.808, de 12 de maio de 2004, que institui o “Programa Capacitação Ocupacional e Utilidade Coletiva-PCOUC” no Município de São Paulo, e dá outras providências;
 - Decreto Municipal nº 52.288, de 05 de outubro de 2007, que dispõe no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;
 - Lei Municipal nº 15.427, de 26 de agosto de 2011, que dispõe sobre Cursos de Capacitação Profissional para munícipes, aos sábados e domingos;
 - Decreto Municipal nº 52.918, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a criação do Observatório de Indicadores de Políticas Públicas Etnicorraciais e de Gênero do Município de São Paulo;
 - Decreto Municipal nº 54.660, de 5 de dezembro de 2013, que institui o Comitê Intersecretarial de Políticas para as Mulheres – Conexão Mulher;
 - Lei Municipal nº 15.939, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal, em cargos efetivos e comissionados;
- Lei Municipal nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013, que estabelece diretrizes para políticas públicas voltadas às mulheres, incluindo ações de promoção cultural.
- Decreto Municipal nº 54.660, de 5 de dezembro de 2013, que institui o Comitê Intersecretarial de Políticas para as Mulheres – Conexão Mulher;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Decreto Municipal nº 56.702, de 09 de dezembro de 2015, que cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres - CMPM.
- Decreto Municipal nº 56.021, de 31 de março de 2015, que regulamenta a Lei nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% de mulheres na composição dos Conselhos de Controle Social;
- Lei Municipal nº 16.129, de 12 de março de 2015, que dispõe sobre a inclusão do quesito cor/raça nos sistemas de informação, na avaliação e monitoramento, na coleta de dados, nos censos, nas ações e programas, e dá outras providências
- Lei Municipal nº 16.496, de 20 de julho de 2016, que institui o Plano Municipal de Cultura de São Paulo, prevendo a valorização da diversidade cultural e a promoção da igualdade de gênero.
- Decreto Municipal nº 57.557, de 21 de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei nº 15.939, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros, negras ou afrodescendentes no serviço público municipal;
- Decreto Municipal nº 57.528, de 12 de dezembro de 2016, que regulamenta o Sistema Municipal de Cultura, promovendo participação social e inclusão de mulheres na gestão cultural.
- Lei Municipal nº 16.682, de 13 de julho de 2017, que institui a Política Municipal para a População Imigrante, assegurando acesso à cultura com atenção às mulheres imigrantes.
- Resolução da CMSP Nº 4, de 29 de março de 2017, que institui a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Mulher, e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 58.180, de 05 de abril de 2018, que institui o Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade, destinado ao reconhecimento e fomento de ações de inclusão e promoção dos direitos humanos e da diversidade no ambiente de trabalho;
- Lei Municipal nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, que adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal, institui o Programa de sua implementação, autoriza a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.341, de 18 de maio de 2020, que dispõe sobre o estímulo à contratação de mulheres integrantes do projeto Tem Saída e fica autorizado o Poder Executivo a antecipar feriado municipal, por decreto, durante a atual emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
- Lei Municipal nº 17.301, de 24 de janeiro de 2020, que dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas às práticas de discriminação em razão de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

orientação sexual ou identidade de gênero no âmbito do Município de São Paulo, proibindo quaisquer práticas discriminatórias nessas hipóteses.

- Lei Municipal nº 17.686, de 19 de outubro de 2021, regulamentada por: Decreto nº 62.732/2023, que institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.955, de 6 de junho de 2023, que inclui o “Dia da Mulher Capoeirista” no calendário oficial do Município de São Paulo.

- Decreto Municipal nº 62.732, de 5 de setembro de 2023, que regulamenta o Selo “Empresa Amiga da Mulher”, incentivando práticas de valorização da mulher, inclusive em setores culturais e criativos.

- Lei Municipal nº 18.109, de 03/05/2024, dispõe sobre a criação do Programa de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento à violência psicológica entre mulheres (Wollying).

- Lei Municipal nº 18.085, de 19/01/2024, que acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº 14.441, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre a garantia da acessibilidade comunicacional para atendimento à mulher com deficiência auditiva e/ou visual vítima de violência doméstica e familiar, independentemente de prévio agendamento.

PL 218/2026 Institui o Estatuto da Mulher Paulistana, regula direitos, estabelece medidas de assistência, proteção, promoção da autonomia e organização da rede de proteção das mulheres no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1319/2025 Institui o Programa “Mulheres que Inspiram”, que cria um banco público de referências femininas paulistanas em diversas áreas, para incentivar a participação de mulheres em palestras, eventos, conselhos e campanhas educativas no Município de São Paulo.

PL 1318/2025 Institui o Selo Municipal Empresa Amiga da Igualdade de Gênero e do Talento Feminino, e dá outras providências.

PL 670/2025 Institui o Selo de Direitos Humanos e Diversidade - Xica Manicongo, destinado ao reconhecimento e fomento de iniciativas de inclusão e promoção dos direitos humanos e da diversidade.

PL 1191/2025 Dispõe sobre a criação do Centro de Atendimento e Apoio à População em Situação de Rua, em especial àquela que atua na Coleta de Materiais Recicláveis, no Município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 85/2025 Cria o programa de ações para garantir a autonomia financeira das mulheres em situação de violência doméstica.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 28 de abril de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068